

Ata número 1/2022 do Conselho Coordenador da Avaliação

No dia vinte e nove de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas onze horas, nas instalações da Autoridade de Gestão do PDR 2020, reuniu o Conselho Coordenador da Avaliação, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Definir os critérios de ponderação curricular e a sua valoração para a avaliação do desempenho do biénio dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois.

Tendo em conta o disposto no artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que regula o SIADAP, nos casos em que não seja possível realizar a avaliação de desempenho nos termos nela previstos, a mesma é efetuada pelo Conselho Coordenador da Avaliação, mediante proposta de avaliador especificamente designado pelo respetivo dirigente máximo.

Esta avaliação traduz-se em ponderação curricular, a qual respeita os termos previstos no artigo 43.º da mesma lei, com base em critérios fixados pelo Conselho Coordenador da Avaliação.

Através do Despacho normativo n.º 4-A/2010, de 4 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, parte C, de 8 de Fevereiro de 2010, foram estabelecidos os mencionados critérios uniformes, competindo ao Conselho Coordenador da Avaliação definir os critérios de qualificação e de valoração de cada um dos elementos de ponderação curricular.

Assim, a Presidente apresentou a proposta de critérios de ponderação curricular a serem aplicados para a avaliação do desempenho do biénio 2021-2022.

Após análise e apreciação, foi decidido, por unanimidade, aprovar os critérios de ponderação curricular constantes do documento anexo à presente ata, Anexo I, e que dela faz parte integrante.

Para a análise das avaliações por ponderação curricular, nos termos do n.º 7 do artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007, a Presidente nomeou a Dra. Sílvia Diogo.

Os critérios de ponderação curricular serão publicitados no portal do PDR2020, para cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 43.º da citada Lei n.º 66-B/2007.

O Conselho Coordenador da Avaliação deliberou ainda, por unanimidade, fixar como termo do prazo para a apresentação dos pedidos de ponderação curricular o dia 27 de janeiro de 2023.

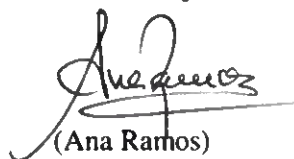
E não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, vai ser assinada por todos.

A Gestora



(Rita Barradas)

A Gestora Adjunta



(Ana Ramos)

O Gestor Adjunto



(António Alves)

O Secretário Técnico



(Pedro Mota)

A Coordenadora



(Sílvia Ferreira)

Anexo I

(Ata n.º 01/CCA/2022)

CrITÉrios a aplicar na realização de Avaliação por Ponderação Curricular

Ao abrigo do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2008, de 28 de dezembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e do Despacho normativo n.º 4-A/2010, publicado no Diário da República, 2ª série, parte C, de 8 de Fevereiro de 2010, o Conselho Coordenador da Avaliação da Autoridade de Gestão do PDR2020 deliberou, em reunião de 29 de dezembro de 2022, fixar os seguintes critérios e tabelas aplicáveis à Ponderação Curricular para o binio de 2021-2022 e respetiva valoração:

Na ponderação curricular dos trabalhadores serão considerados os seguintes elementos, como dispõe o artigo 3.º do Despacho normativo n.º 4-A/2010:

- a) Habilitações Acadmicas e Profissionais (**HAP**);
- b) Experiência Profissional (**EP**);
- c) Valorização Curricular (**VC**);
- d) Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (**EC**).

Cada um dos elementos da ponderação curricular é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5, de acordo com os critérios definidos pelo Conselho Coordenador da Avaliação, não podendo, em qualquer caso ser atribuída pontuação inferior a 1 (cf. n.º 2 do artigo 9.º do Despacho normativo n.º 4-A/2010).

A ponderação curricular é solicitada pelo trabalhador, em requerimento apresentado ao dirigente máximo do seu serviço de origem, o qual deve ser acompanhado do currículo do trabalhador, da documentação comprovativa do exercício de cargos, funções ou atividades, bem como de outra documentação que o trabalhador considere relevante, conforme modelo em anexo.

Para a sua valoração serão utilizados os seguintes critérios classificativos:

A avaliação de desempenho dos trabalhadores por ponderação curricular (PC) obedecerá à seguinte fórmula de valoração:

$$PC = (HAP \times 0,10) + (EP \times 0,55) + (VC \times 0,20) + (EC \times 0,15)$$

Quando não haja exercício dos cargos ou funções previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010 e, por isso, a pontuação que deva ser atribuída ao conjunto de elementos EC é a mínima, ou seja, **igual a 1**, a avaliação de desempenho dos trabalhadores por ponderação curricular (PC) obedecerá à seguinte fórmula de valoração:

$$PC = (HAP \times 0,10) + (EP \times 0,60) + (VC \times 0,20) + (EC \times 0,10)$$

A **avaliação final da ponderação curricular**, expressa de **1 a 5 valores**, é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos elementos, não podendo a cada um deles ser atribuída pontuação inferior a 1, mediante a aplicação de uma das fórmulas classificativas indicadas supra, variando consoante a pontuação dada ao conjunto de elementos EC.

1. Habilitações Académicas e Profissionais (HAP) – este elemento é composto pela habilitação académica e pela habilitação profissional (cf. definido no artigo 4.º do Despacho normativo n.º 4-A/2010).

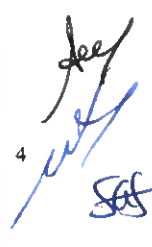
A **HAP** considera a habilitação que corresponda a grau académico ou que a este seja equiparado ou habilitação profissional que corresponda a curso legalmente assim considerado ou equiparado e é avaliada com uma pontuação de **1, 3 ou 5 valores**, de acordo com os seguintes critérios:

Habilitação académica ou habilitação profissional inferiores às legalmente exigíveis à data de integração do trabalhador na respetiva carreira	1
Habilitação académica ou habilitação profissional legalmente exigível à data de integração do trabalhador na respetiva carreira	3
Habilitação académica ou habilitação profissional superiores às legalmente exigíveis à data de integração do trabalhador na respetiva carreira	5

2. Experiência profissional (EP) – este elemento pondera e valora a antiguidade, com exercício efetivo de funções, na carreira, a 31 de dezembro de 2022, e a participação em ações ou projetos de relevante interesse e o desempenho de funções ou atividades, incluindo aquelas que tenham sido desenvolvidas no exercício de cargos dirigentes, designadamente os cargos de Secretário Técnico e de Coordenador, ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social no biénio a que diz respeito.

Serão, assim, ponderados, para avaliação da experiência profissional, os seguintes dois fatores:

4



a) A **Antiguidade (AC)**, com exercício efetivo de funções, na carreira de técnico superior, a 31 de dezembro de 2022, valorizados da seguinte forma:

Até 5 anos de exercício efetivo de funções	1
Entre 5 e 10 anos de exercício efetivo de funções	2
Mais de 10 anos de exercício efetivo de funções	3

b) A **participação em ações ou projetos de relevante interesse** e o **exercício de funções ou atividades**, incluindo aquelas que tenham sido desenvolvidas no exercício de cargos dirigentes, designadamente os cargos de Secretário Técnico e de Coordenador, **ou outros cargos de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (PR)** no biénio a que diz respeito.

São considerados ações ou projetos de relevante interesse, designadamente todos aqueles que envolvam a designação e participação em grupos de trabalho, comissões, estudos ou projetos internos ou externos em representação do serviço, a atividade de formador, a realização de conferências, palestras e outras atividades de idêntica natureza, autoria ou coautoria de livros, artigos ou outras publicações de caráter técnico, bem como aqueles que permitiram alcançar resultados relevantes.

A participação em ações ou projetos de relevante interesse e o exercício de funções, atividades ou outros cargos de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (PR) é declarado pelo requerente, com indicação da participação em ações ou projetos de relevante interesse e o desempenho de funções ou atividades, com a respetiva descrição dos cargos exercidos e a descrição das funções desempenhadas, e devidamente confirmada pela entidade onde são ou foram exercidos os cargos, funções ou atividades, e é avaliada com uma pontuação final de **1, 3 ou 5 valores**, de acordo com os seguintes critérios:

Funções, cargos ou atividades cuja descrição não permita identificar graus, de responsabilidade, complexidade e autonomia técnica adequados ao nível de complexidade funcional da carreira	1
Funções, cargos ou atividades cuja descrição permita identificar graus de responsabilidade, complexidade e autonomia técnica adequados ao nível de complexidade funcional da carreira	3
Funções, cargos ou atividades cuja descrição permita identificar ações ou projetos de relevante interesse e/ou boas práticas ou o alcance de resultados relevantes com benefícios concretos para a organização/unidade orgânica onde exerceu funções	5

A valoração final deste critério **Experiência profissional (EP = AC + PR)** é feita da seguinte forma:

- De 0 até 2 valores, inclusive = **1 ponto**
- De 3 até 6 valores, inclusive = **3 pontos**
- De 7 até 10 valores, inclusive = **5 pontos**

3. Valorização curricular (VC) – este elemento pondera e valora a frequência de ações de formação e de aperfeiçoamento profissional, a participação em cursos, seminários, colóquios, convenções ou similares, nos últimos 5 (cinco) anos, nelas se incluindo as frequentadas no exercício de cargos ou funções dirigentes, e é avaliado com uma pontuação de **1, 3 ou 5 valores**, de acordo com os seguintes critérios:

Sem participação em ações de formação, estágios, congressos ou seminários com relevância direta para a área em que são exercidas as funções	1
Participação em ações de formação, estágios, congressos ou seminários com relevância direta para a área em que são exercidas as funções, com duração igual ou inferior a 100 horas	3
Participação em ações de formação, estágios, congressos ou seminários com relevância direta para a área em que são exercidas as funções, com duração superior a 100 horas	5

4. Exercício de cargos dirigentes ou outros de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (EC) – este elemento pondera e valora o exercício de cargos dirigentes, entendendo-se como tal os cargos de Secretário Técnico e de Coordenador, ou outros de reconhecido interesse público ou relevante interesse social, ainda que em regime de substituição, e é avaliado com uma pontuação de **1, 3 ou 5 valores**, de acordo com os seguintes critérios:

Sem exercício de cargos dirigentes ou outros de reconhecido interesse público ou relevante interesse social no biénio em referência	1
---	----------

6
[Handwritten signatures]


Ter exercido parcialmente, no biénio em referência, cargos dirigentes ou outros de reconhecido interesse público ou relevante interesse social	3
Ter exercido, na totalidade do biénio em referência, cargos dirigentes ou outros de reconhecido interesse público ou relevante interesse social	5

5. Resultado da Avaliação Final da Ponderação Curricular

A avaliação de desempenho por ponderação curricular será expressa quantitativa e qualitativamente, nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, da seguinte forma:

Menção Quantitativa	Menção Qualitativa
Entre 4 e 5	Desempenho Relevante
Entre 2 e 3,999	Desempenho Adequado
Entre 1 e 1,999	Desempenho Inadequado

7



MODELO DE REQUERIMENTO

Exma. Senhora Gestora

Da Autoridade de Gestão do PDR 2020

_____ (Nome) _____, (categoria) _____ da carreira de _____ do mapa de pessoal desta Autoridade de Gestão do PDR 2020, em virtude de se encontrar nas condições previstas no n.º 7 do artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, vem, nos termos daquela disposição legal, requerer a V. Exa. que seja efetuada a sua avaliação do desempenho do biénio 2021-2022, por ponderação curricular.

Lisboa, ____ de _____ de 2023.

ASSINATURA

Anexo: *Currículum Vitae*
Documentos comprovativos

